



Governo Municipal
ANTAS
Nossa terra, nosso orgulho

Credenciamento

Nº 001/2025

CONTRATANTE (Secretaria Municipal de Saúde)

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DIVERSAS A FIM DE ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTAS (BA).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 408.220,80 (quatrocentos e oito mil duzentos e vinte reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

11/11/2026

Sumário

1. DO OBJETO	Erro! Indicador não definido.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	Erro! Indicador não definido.
3. DA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO	4
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	5
5. DA HABILITAÇÃO	6
6. DOS RECURSOS	7
7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	8
8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	10
10. DA CONTRATAÇÃO	11
11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	12
12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	13
13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	14
14. DISPOSIÇÕES GERAIS	15

Edital Credenciamento Nº 0012025
Processo Administrativo Nº 308/2025

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Município de Antas/BA, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **11.454.934/0001-10**, situada a **RUA JOÃO NILO, S/Nº, TÉRREO, CENTRO, ANTAS/BA**, CEP: **48.420-000**, realizará CREDENCIAMENTO, na forma PRESENCIAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 033/2025, de 19 de agosto de 2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Aviso de Abertura deste Instrumento Convocatório será publicado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

O presente Edital poderá ser acessado e extraído na íntegra no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - <https://pncp.gov.br/app/editais> e as dúvidas dirimidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Antas - BA, no horário das 08h00min às 12h00min, e das 14h00min às 16h30min de segunda-feira a quinta-feira e das 08h00min às 12h00min sexta-feira, ou pelo e-mail: copel.antas@antas.ba.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DIVERSAS A FIM DE ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTAS (BA)**, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo do Decreto nº 033/2025, de 19 de agosto de 2025.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que atendam às condições estabelecidas neste edital de credenciamento.

2.2. Não poderão participar do credenciamento:

- 2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. pessoa jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.2.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.5. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.4. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A vedação de que trata o item 2.2.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. A entrega da documentação dar-se-á das seguintes formas, alternativamente:

3.2. Presencialmente, em envelope lacrado e devidamente identificado, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Antas – Bahia, sito à Rua João Nilo, nº 95, Centro – Antas – Bahia, no

horário das 08h00min às 12h00min de segunda-feira a sexta-feira, partir das 08h00min, do dia 11 de novembro de 2025 a 11 de novembro de 2026 e terá duração de 12 (DOZE) meses permanecendo aberto durante sua vigência.

3.3. Os interessados poderão encaminhar também os documentos necessários ao credenciamento, a partir das 08h00min, do dia 11 de novembro de 2025 a 11 de novembro de 2026 e terá duração de 12 (DOZE) meses permanecendo aberto durante sua vigência, para o credenciamento de novos interessados, através do e-mail: copel.antas@antas.ba.gov.br.

3.3.1. No Assunto do e-mail enviado, o título deve ser: CREDENCIAMENTO MÉDICO 2025 – NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA E CARGO AO QUAL DESEJA PARTICIPAR.

3.3.2. No corpo do e-mail deve constar, as documentações para habilitação do credenciamento conforme item 5 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO).

3.4. A análise da documentação se dará na ordem cronológica de envio da documentação por e-mail. Tal forma de processamento favorece a celeridade na habilitação de profissionais, permitindo que aqueles que apresentarem a documentação em conformidade sejam imediatamente credenciados e aptos a iniciar os serviços. A ordem cronológica é um critério objetivo, que evita subjetividades e favorecimentos, garantindo transparência e segurança jurídica ao processo.

3.5. Caso haja o interesse do candidato em realizar o credenciamento para mais de um cargo, deverá ser encaminhado um outro e-mail ou outro envelope atendendo os critérios acima sinalizados com o cargo preiteado.

3.6 As dúvidas sobre o Edital poderão ser esclarecidas, desde que encaminhadas, formalmente, à Comissão de Licitação via e-mail, durante o período de vigência deste credenciamento.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Credenciamento:

4.1.1. Pessoas Jurídicas cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento e que estejam de acordo com a legislação vigente;

4.1.2. Cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.2.2. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3. Não poderão participar deste Credenciamento:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Pessoa jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública credenciante em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.5. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.4. O impedimento de que trata o item 3.3.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

4.5. A vedação de que trata o item 3.3.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

- 5.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 5.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou acompanhado por cópia.
- 5.4. O órgão credenciante terá o prazo de 5 (dias) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 5.5. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.
- 5.6. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 5.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 5.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 5.8. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.9. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 5.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros) até a conclusão da fase de habilitação.
- 5.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 5.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 5.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 5.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

5.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento.

6.1.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

6.2. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

6.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

6.2.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

6.3. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail) ou presencialmente no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Antas/BA.

6.4. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.6. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

6.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

7.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

7.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

7.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

7.1.5. fraudar o credenciamento;

7.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

7.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

7.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

7.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

7.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1. advertência;

7.2.2. multa;

7.2.3. impedimento de licitar e contratar e

7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **05 (CINCO) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato.

7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato.

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

7.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

8.1.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: copel.antas@antas.ba.gov.br.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

8.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.4. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

9.1. O resultado do Pedido de Credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município de Antas, no endereço eletrônico <https://diario.antas.ba.gov.br>.

9.1.1. Sendo habilitado, o interessado receberá, via e-mail, o Termo de Credenciamento.

9.1.2. Será disposta lista na ordem sequencial de credenciamento dos interessados considerados aptos para a prestação de serviço.

9.2. A lista de credenciados deverá ser atualizada em até 24h (vinte e quatro horas) com os novos credenciamentos e os descredenciamentos.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

10.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (CINCO) dias.

10.4. O prazo de que trata o item 10.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

10.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

10.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

10.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

11.1. A ordem de contratação dos profissionais credenciados obedecerá ao critério de livre escolha do usuário, cabendo à Administração Municipal efetuar o pagamento conforme o atendimento efetivamente realizado, observadas as condições e valores previstos neste Termo de Referência.

12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

12.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

12.4. Será realizado o credenciamento quando houver:

12.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 05 dias

12.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

12.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

12.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

12.5. O pedido de credenciamento de que trata o item 12.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

12.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 12.4.2 e 12.4.3, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

12.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

12.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou

da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

13.1. O presente edital terá prazo de vigência de DOZE MESES, a contar da de sua publicação.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico copel.antas@antas.ba.gov.br.

14.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.5.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.5.2. ANEXO II – Pedido de Credenciamento
- 14.5.3. ANEXO III – Termo de Credenciamento
- 14.5.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Antas, (BA), 11 de novembro de 2025.

Emerson Vítor Andrade Santos
Presidente da Comissão de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

1.1. Atualmente, o município de Antas-BA enfrenta desafios significativos devido à insuficiência de profissionais médicos especializados, em especial nas áreas de Clínica Médica, Psiquiatria e Pediatria. A ausência desses profissionais tem comprometido a qualidade e a continuidade dos serviços públicos de saúde, dificultando o atendimento integral às demandas da população.

1.2. O médico clínico é essencial como porta de entrada do sistema de saúde, realizando atendimentos gerais, diagnósticos iniciais, encaminhamentos adequados e acompanhamento de pacientes com doenças crônicas. O médico psiquiatra atua no cuidado da saúde mental, realizando diagnósticos, tratamentos e acompanhamento de pacientes com transtornos mentais, além de contribuir para a prevenção e promoção do bem-estar psicológico da comunidade. Já o médico pediatra é indispensável para o cuidado da saúde da criança, acompanhando o crescimento e desenvolvimento infantil, prevenindo doenças e garantindo um atendimento especializado para essa faixa etária.

1.3. A ausência desses especialistas gera impactos diretos, como aumento das filas de espera, dificuldades no acesso a diagnósticos e tratamentos adequados, sobrecarga nos demais serviços de saúde e prejuízos à qualidade de vida da população.

1.4. Diante dessa realidade, a contratação de médicos clínico, psiquiatra e pediatra é fundamental para suprir demandas urgentes e garantir a continuidade dos serviços de saúde no município. A Lei nº 14.133/21 prevê a contratação direta em casos de interesse público, justificada pela necessidade de manter a prestação de serviços essenciais sem interrupções. A urgência se deve ao risco de agravamento de quadros clínicos, psiquiátricos e pediátricos diante da ausência de profissionais habilitados.

1.5. Os impactos positivos da contratação serão sentidos em toda a comunidade. Com o médico clínico, será possível ampliar a resolutividade da atenção básica, reduzir encaminhamentos desnecessários e oferecer acompanhamento contínuo aos pacientes. O médico psiquiatra fortalecerá a rede de atenção psicossocial, promovendo o cuidado integral em saúde mental e contribuindo para a redução de internações hospitalares. Já o médico pediatra garantirá atendimento qualificado para crianças, fortalecendo a atenção básica infantil e prevenindo complicações de saúde desde os primeiros anos de vida.

1.6. Essas medidas resultarão em uma gestão pública mais eficiente, com serviços de saúde de maior qualidade e impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população de Antas-BA.

2. DO OBJETO

2.1. **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DIVERSAS A FIM DE ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTAS (BA)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste instrumento:

ITENS	ESPECIFICAÇÃO MÉDICA	UNIDADE	QUANTIDADE	QTD PROFISSIONAIS	VALOR	TOTAL
1	CLÍNICO	HORAS	2080	06	R\$ 110,00	R\$ 1.372.800,00
2	PEDIATRA	HORAS	416	01	R\$ 192,27	R\$ 79.984,32
3	PSIQUIATRA	HORAS	416	01	R\$ 239,03	R\$ 99.436,48
TOTAL						R\$ 1.552.220,80

2.2 O prazo de vigência da contratação é de até **12 (DOZE) MESES** contados da sua assinatura e podendo ser prorrogado conforme art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

2.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4 Dos requisitos, atribuições, critérios de escolha e distribuição de demandas

2.4.1 Os profissionais vinculados a pessoa jurídica a ser credenciada deverão obedecer aos seguintes requisitos de avaliação.

Nº	PROFISSIONAL	REQUISITO/ESCOLARIDADE
1	MÉDICO CLÍNICO	Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação como <u>MÉDICO</u> , fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, devendo ter experiência comprovada como <u>MÉDICO CLÍNICO</u> .
2	MÉDICO PSQUIATRA	Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação como <u>MÉDICO</u> , fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, devendo ter experiência comprovada como <u>MÉDICO PSQUIATRA</u> .
3	MÉDICO PEDIATRA	Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação como <u>MÉDICO</u> , fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, devendo ter experiência comprovada como <u>MÉDICO PEDIATRA</u> .

2.4.2-Dos credenciados serão exigidas as seguintes atribuições:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
#	PROFISSIONAL	ATRIBUIÇÕES
1	MÉDICO CLÍNICO	O profissional médico clínico atuará nas Unidades de Atenção Básica, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, voltadas à população adscrita, com enfoque na integralidade e continuidade do cuidado. Entre as atribuições, destacam-se: Realizar consultas médicas programadas e de demanda espontânea, investigando queixas, solicitando exames, estabelecendo diagnósticos, prescrevendo tratamentos e acompanhando a evolução clínica dos pacientes. Acompanhar pacientes com doenças crônicas e condições agudas, garantindo o manejo clínico adequado e o seguimento conforme protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde. Promover ações de prevenção e educação em saúde, participando de atividades coletivas, campanhas e orientações individuais sobre hábitos de vida saudáveis, vacinação, higiene e autocuidado. Executar procedimentos ambulatoriais compatíveis com o nível de atenção, como suturas, curativos, drenagens simples, retirada de pontos e outros previstos para a Atenção Básica. Integrar-se à equipe multiprofissional, participando de reuniões, discussões de casos, elaboração de planos terapêuticos e encaminhamentos para outros níveis de atenção quando necessário. Realizar visitas domiciliares, quando indicado, para avaliação de pacientes acamados, com mobilidade reduzida ou em situações de vulnerabilidade, em conjunto com a equipe da Estratégia de Saúde da Família. Manter registros atualizados nos prontuários físicos e eletrônicos, garantindo a qualidade das informações, o sigilo e a fidedignidade dos dados. Participar do planejamento, monitoramento e avaliação das ações de saúde da unidade, contribuindo para o alcance das metas pactuadas e para a melhoria contínua do serviço. Cumprir protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes, observando princípios éticos, técnicos e legais da profissão médica.
2	MÉDICO PSQUIATRA	O profissional médico psiquiatra atuará na rede de Atenção Básica, com foco na avaliação, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de transtornos mentais, contribuindo para a integralidade do cuidado e para o fortalecimento da saúde mental no território. Entre as atribuições, destacam-se: Realizar atendimentos individuais para avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais e comportamentais, incluindo prescrição e ajuste de psicofármacos, de acordo com protocolos vigentes e necessidades do paciente. Acompanhar

		<p>casos prioritários encaminhados pela equipe da Atenção Básica, garantindo seguimento clínico e articulação com outros pontos da rede de atenção psicossocial. Desenvolver ações conjuntas com a equipe multiprofissional, participando de reuniões de discussão de casos e de construção de projetos terapêuticos singulares. Orientar e capacitar as equipes de saúde da família e demais profissionais da unidade, apoiando no manejo de casos de saúde mental e na identificação precoce de sinais e sintomas. Participar de atividades de educação em saúde, palestras e rodas de conversa com usuários, familiares e comunidade, promovendo a conscientização sobre saúde mental, prevenção de recaídas e redução do estigma. Atuar de forma integrada com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), articulando encaminhamentos e contrarreferências, ambulatórios especializados, hospitais gerais e outros serviços, conforme necessidade. Realizar visitas domiciliares para pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, quando indicado, junto à equipe da Estratégia de Saúde da Família. Manter registros clínicos e administrativos atualizados nos sistemas de informação da saúde, assegurando sigilo, qualidade e rastreabilidade dos dados. Cumprir protocolos, diretrizes terapêuticas e princípios éticos aplicáveis à prática psiquiátrica e à atuação no SUS.</p>
3	MÉDICO PEDIATRA	<p>O médico pediatra atuará na Atenção Básica prestando cuidados integrais à saúde da criança e do adolescente, com ênfase em ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento clínico. Entre suas atribuições, incluem-se: Realizar consultas médicas pediátricas programadas e de demanda espontânea, investigando queixas, solicitando exames complementares, estabelecendo diagnósticos e prescrevendo condutas terapêuticas conforme protocolos vigentes. Acompanhar o crescimento e desenvolvimento infantil, registrando dados antropométricos, aplicando protocolos de vigilância em saúde e orientando responsáveis sobre nutrição, vacinação, higiene, prevenção de acidentes e estímulo ao desenvolvimento global. Diagnosticar e tratar doenças agudas e crônicas da infância e adolescência, garantindo o manejo adequado e encaminhando, quando necessário, para outros níveis de atenção. Participar de ações de prevenção e promoção à saúde, desenvolvendo atividades educativas junto a pais, responsáveis, cuidadores e comunidade. Executar procedimentos ambulatoriais compatíveis com a prática pediátrica na Atenção Básica, como administração de medicamentos, curativos, nebulizações, coleta de material para exames, retirada de pontos e outros previstos para o nível de atenção. Integrar-se à equipe multiprofissional, discutindo casos clínicos, elaborando planos de cuidado e apoiando tecnicamente outros profissionais na atenção à saúde infantil. Realizar visitas domiciliares quando indicado, especialmente para crianças com limitações de deslocamento, condições crônicas ou em situações de vulnerabilidade. Manter registros completos e atualizados em prontuários físicos e eletrônicos, assegurando sigilo, qualidade e fidedignidade das informações. Cumprir protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas vigentes, observando princípios éticos, técnicos e legais aplicáveis à pediatria no âmbito do SUS.</p>

2.4.3 Os Critérios de Escolha dos Interessados e Distribuição de Demandas, deverá observar os seguintes parâmetros:

2.4.4 A Escolha dos credenciados será paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, conforme dispõe o art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4.5 O prestador de serviço deverá realizar a execução dos serviços no local a ser definido pela a unidade demandante, a execução dos serviços deverá ser realizada de acordo com cronograma estabelecido pela a Secretaria Municipal de Saúde que estará comunicando antecipadamente ao credenciado.

2.4.6 Considerando a inviabilidade de competição no qual configura-se pelo fato da Administração propor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, tal forma de contratação se enquadra, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados. Em razão dessa inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de contrato, serão consideradas as seguintes hipóteses:

- a) **Caso exista somente um interessado para o item e que atenda aos requisitos deste termo para os serviços objeto deste processo, será credenciado e deverá executar os serviços de acordo com as necessidades da secretaria demandante e de acordo com o posto de serviço disponível.**
- b) **Caso exista mais de um interessado para determinado item e que atenda aos requisitos deste termo, a quantidade de serviços será dividida/rateada entre todos os interessados em partes iguais, tendo como base os postos de serviços, esta divisão será definida em sessão pública e acompanhada pela secretaria municipal de saúde e fundo municipal de saúde de Antas (BA) e devidamente comunicado para as empresa(s) a serem credenciada(s) mediante aviso no Diário Oficial deste município, no qual deverá ser observado a garantia de igualdade na distribuição das demandas existentes.**
- c) Havendo número maior de interessados, em relação à quantidade de postos de serviços que são objeto deste processo, e que atenda aos requisitos deste processo, a classificação por ordem de escolha será feita por meio de sorteio, em sessão pública com a convocação de todos os interessados para que seja elaborada uma lista daqueles que serão credenciados;

2.4.7 Resolvido os requisitos dos itens acima, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para execução do serviço, será realizado um sorteio, em sessão pública, por demanda/área de atuação a ser contratado visando selecionar com base em padrões estritamente impessoais e aleatórios, aqueles que integrarão uma lista para ordem de chamada para a execução da demanda/ área de atuação, observando-se sempre o critério de rotatividade e os seguintes requisitos:

- a) os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista;
- b) o credenciado que já tenha executado o objeto contratual só será chamado novamente para executar o serviço após os demais credenciados que já estejam na lista forem chamados;
- c) a qualquer tempo um novo interessado poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o sorteio, será posicionado logo após o(s) já credenciado(s);
- d) o órgão ou entidade contratante observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como a localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

2.4.8 O prazo mínimo de antecedência para a comunicação da realização da sessão pública e convocação de todos os interessados será de até 3 (três) dias úteis, devendo ser precedido para fins de abertura desta sessão a publicação de aviso no Diário Oficial do Município.

2.4.9 Concluída a escolha dos interessados da forma prevista nos itens acima, e após transcorrido o prazo recursal, e a devida publicação dos resultados, se não houver manifestação, a comissão de contratação deverá encaminhar os autos deste processo para fins de autorização junto a autoridade competente.

2.4.9 Havendo autorização da autoridade competente, em até 15 (quinze) dias úteis deverá oficializar todos os credenciados com contrato assinado, nos termos do inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, e publicado nos meios oficiais exigidos por lei.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DO PRESTADOR DE SERVIÇO (CREDENCIADO)

3.2. As pessoas jurídicas contratadas deverão ofertar serviços ao qual foram credenciadas e cumprir com as atribuições definidas relacionadas neste Termo de Referência, através de profissionais habilitados pelo conselho de classe.

3.3. O profissional indicado pela pessoa jurídica deverá ter cuidado com a pontualidade na prestação do serviço aos usuários para evitar desgastes dos mesmos, situação está que haverá advertência caso seja identificado.

3.4. A prestação dos serviços pelos credenciados indicados pelos contratados deverão respeitar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, que busquem determinar o bom desenvolvimento dos seus serviços pro do interesse público.

3.5. Para fins de comprovação da realização do serviço, poderá ser utilizado pela a unidade demandante registros em prontuários e registro de frequência por meio de lista de frequência e caso disponível nos locais de serviços de cada unidade demandante o registro biométrico, confirmando o atendimento realizado pelo profissional executante a jornada trabalhada, bem como poderá ser exigido relatório de atividades emitido pelo o profissional técnico da pessoa jurídica credenciada.

3.6. No que houver necessidade, as pessoas jurídicas credenciadas, através dos profissionais, deverão alimentar e manter atualizado, conforme prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, planilhas de acompanhamento/monitoramento estabelecidas, prontuário físico ou eletrônico, fichas de notificação e/ou similares e os sistemas de informação em uso, bem como deverá manter o registro dos usuários atendidos.

3.7. Prestar atendimento aos usuários do serviço, extinguindo qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente prestados ao usuário, bem como não deverá realizar a indicação/encaminhamentos para serviços privados, através de ofertas ou similares, que obriguem o desembolso financeiro do usuário.

3.8. As pessoas jurídicas contratadas responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício ou de prestador de serviço com a mesma, cujo ônus e

obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para as Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Antas (BA).

3.9. As pessoas jurídicas contratadas deverão prestar o serviço contratado a partir do momento da ordem de serviço emitida pela a contratante.

3.10. deverá o profissional da pessoa jurídico credenciado obedecer ao Código de Ética do Exercício profissional Médico.

3.11. Realizar outras ações e atividades, de acordo com as prioridades locais, definidas pela contratante.

3.12. As pessoas jurídicas contratadas deverão comunicar à contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

3.13. As pessoas jurídicas contratadas deverão responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar a Contratada ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos.

3.14. O valor dos serviços será pago conforme Tabela de Preços para Credenciamento, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.

3.15. Apresentar mensalmente nota fiscal dos serviços prestados junto ao contratante, devidamente fiscalizada.

3.1.5 Manter, durante toda a vigência do termo de contrato/instrumento equivalente, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento de contratação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão e, aplicação das penalidades ora previstas;

3.1.6. prestar o serviço de acordo com especificação deste termo.

3.1.7. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito serviço, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;

3.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas (alimentação, administrativa, transporte...), obrigações e tributos decorrentes do serviço, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;

3.1.9. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o serviço;

3.1.10. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do serviço;

3.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

3.2. DO ORGÃO

3.2.1. Notificar o prestador quanto à requisição do serviço mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de serviço a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo o credenciado sendo que a nota de empenho repassada ao prestador de serviço poderá representar a uma ordem de serviço;

3.2.3. Notificar o prestador de serviço de qualquer irregularidade encontrada na execução contratual.

3.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas e conforme os serviços executados;

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

4.1. Atualmente, o município de Antas-BA enfrenta desafios significativos devido à insuficiência de profissionais médicos especializados, em especial nas áreas de Clínica Médica, Psiquiatria e Pediatria. A ausência desses profissionais tem comprometido a qualidade e a continuidade dos serviços públicos de saúde, dificultando o atendimento integral às demandas da população.

4.2. O médico clínico é essencial como porta de entrada do sistema de saúde, realizando atendimentos gerais, diagnósticos iniciais, encaminhamentos adequados e acompanhamento de pacientes com doenças crônicas. O médico psiquiatra atua no cuidado da saúde mental, realizando diagnósticos, tratamentos e acompanhamento de pacientes com transtornos mentais, além de contribuir para a prevenção e promoção do bem-estar psicológico da comunidade. Já o médico pediatra é indispensável para o cuidado da saúde da criança, acompanhando o crescimento e desenvolvimento infantil, prevenindo doenças e garantindo um atendimento especializado para essa faixa etária.

4.3. A ausência desses especialistas gera impactos diretos, como aumento das filas de espera, dificuldades no acesso a diagnósticos e tratamentos adequados, sobrecarga nos demais serviços de saúde e prejuízos à qualidade de vida da população.

4.4. Diante dessa realidade, a contratação de médicos clínico, psiquiatra e pediatra é fundamental para suprir demandas urgentes e garantir a continuidade dos serviços de saúde no município. A Lei nº 14.133/21 prevê a contratação direta em casos de interesse público, justificada pela necessidade de manter a prestação de serviços essenciais sem interrupções. A urgência se deve ao risco de agravamento de quadros clínicos, psiquiátricos e pediátricos diante da ausência de profissionais habilitados.

4.5. Os impactos positivos da contratação serão sentidos em toda a comunidade. Com o médico clínico, será possível ampliar a resolutividade da atenção básica, reduzir encaminhamentos desnecessários e oferecer acompanhamento contínuo aos pacientes. O médico psiquiatra fortalecerá a rede de atenção psicossocial, promovendo o cuidado integral em saúde mental e contribuindo para a redução de internações hospitalares. Já o médico pediatra garantirá atendimento qualificado para crianças, fortalecendo a atenção básica infantil e prevenindo complicações de saúde desde os primeiros anos de vida.

4.6. Essas medidas resultarão em uma gestão pública mais eficiente, com serviços de saúde de maior qualidade e impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população de Antas-BA.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A solução definida para suprir a necessidade de profissionais médicos especializados nas áreas de Clínica Médica, Psiquiatria e Pediatria no município de Antas/BA consiste na contratação por meio de Credenciamento.

5.2. Esse modelo foi identificado como a alternativa mais eficiente após levantamento de mercado, considerando as características do município e a urgência em garantir à população o acesso contínuo a serviços de saúde especializados.

5.3. O credenciamento possibilita que a Secretaria Municipal de Saúde selecione e habilite médicos interessados, de forma transparente e isonômica, para prestar atendimentos conforme a demanda local. Diferente de modalidades como concurso público ou licitações tradicionais, que apresentam maior rigidez e prazos extensos, o credenciamento permite agilidade, flexibilidade e economicidade.

5.4. Entre suas principais vantagens, destacam-se:

- Flexibilidade: Inclusão de novos profissionais durante a vigência, garantindo que a rede de saúde esteja sempre adequada às necessidades da população;

- Economicidade: Pagamento proporcional aos atendimentos realizados, evitando custos fixos elevados e assegurando uso racional dos recursos públicos;
- Agilidade: Redução dos prazos para contratação, permitindo resposta imediata às demandas emergenciais de saúde;
- Adequação à realidade local: O município pode ajustar horários, carga horária e condições contratuais às suas limitações financeiras e necessidades específicas;
- Transparência e competitividade: O processo de chamamento público garante igualdade de condições a todos os profissionais interessados, fortalecendo a publicidade e a legalidade da contratação.

5.5. A solução do Credenciamento é a que melhor atende ao interesse público municipal, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde, com especial atenção às áreas críticas de Clínica Médica, Psiquiatria e Pediatria. Essa medida garante que a população de Antas/BA tenha acesso a atendimento médico especializado de forma rápida, eficaz e sustentável, respeitando os limites orçamentários e reforçando o compromisso da gestão municipal com o bem-estar da comunidade.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

6.1 O CNPJ da Pessoa Jurídica deve estar ativo, com inscrição municipal e certidões negativas de débitos. As Pessoas Físicas profissionais indicadas pelo representante do CNPJ devem apresentar CPF regular. A capacidade técnica poderá ser demonstrada por meio de currículo, certificados de especialização e experiência comprovada por atestados emitidos por autoridades competentes a quem tenham prestado serviços.

Médico Clínico:

6.2 Médico Clínico:

- Graduação em Medicina e registro regular no Conselho Regional de Medicina (CRM). Experiência comprovada em atendimentos de clínica geral, acompanhamento de pacientes com doenças crônicas e atuação na atenção básica em saúde. Atribuições: atendimento clínico a todas as faixas etárias, realização de consultas, diagnósticos e encaminhamentos, prescrição de tratamentos e suporte às políticas de saúde pública. Base legal: Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM).

6.3 Médico Pediatra:

- Graduação em Medicina, especialização em Pediatria e registro regular no CRM. Experiência comprovada em atendimento pediátrico em unidades públicas ou privadas. Atribuições: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, prevenção e tratamento de doenças na infância, atendimento de urgência pediátrica, orientação a familiares e apoio às ações de saúde da criança. Base legal: Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), Resoluções do CFM, Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria.

6.4 Médico Psiquiatra:

- Graduação em Medicina, especialização em Psiquiatria e registro regular no CRM. Experiência comprovada em diagnóstico e tratamento de transtornos mentais. Atribuições: avaliação clínica psiquiátrica, acompanhamento terapêutico contínuo, prescrição de medicamentos psicotrópicos conforme regulamentação vigente, suporte às políticas de saúde mental e integração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), Resoluções do CFM, Diretrizes da Sociedade Brasileira de Psiquiatria.

6.5 O atendimento para Médico Clínico deverá ocorrer de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 14:00, podendo ser em dias alternados, serviço deverá realizar a execução dos serviços no local a ser definido pela a unidade demandante, a execução dos serviços deverá ser realizado de acordo com cronograma estabelecido pela a Secretária demandante que estará comunicando antecipadamente ao credenciado;

6.6 O atendimento de Pediatra e Psiquiatra será por agenda em conformidade com a secretaria de saúde, sendo que a carga horária nos dias informados precisa ser de 8 horas semanais;

6.7 A programação deverá atender à demanda de cada especialidade;

6.8 O profissional credenciado na função de Médico Clínico Geral deverá cumprir carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas conforme a necessidade e a escala estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo o pleno atendimento das demandas assistenciais e administrativas da unidade de saúde;

6.9 Todos os atendimentos deverão ser registrados no prontuário eletrônico do paciente, garantindo a integridade e continuidade do tratamento.

6.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

Condições de execução

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O início da execução do objeto deste processo pelo o prestador de serviço será de acordo com ordem de serviço encaminhada pela a Contratante.

7.1.1.1 O órgão demandante deverá adotar cronograma mensal de atendimento/trabalho, podendo observar a capacidade de financeira ou número máximo de atendimento mensal do órgão.

7.1.1.2. O cronograma de atendimento/trabalho será elaborado pela a secretaria demandante devidamente comunicado para as empresas(s) credenciada(s),

7.1.2 Os locais de trabalho serão definidos no ato da contratação, conforme a necessidade da Secretaria demandante, e poderão sofrer acréscimos, supressões ou alterações, durante a vigência da contratação, em especial quando houver alterações nas ações promovidas pela secretaria, a ser designada pela Autoridade Competente,

7.1.3 O valor total a ser percebido pelo profissional, resultará da consolidação de horas efetivamente prestadas a serem informadas pelos setores responsáveis da Secretaria demandante;

7.1.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as respectivas razões para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.5 Será de responsabilidade do contratado todas as despesas (alimentação, administrativa, transporte...), obrigações e tributos decorrentes do serviço, inclusive as de natureza trabalhista

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

09. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

09.1. O contrato/instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

09.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

09.3. A execução do contrato/instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

UNIDADE	NOME DO FISCAL	MATRÍCULA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CHRISTIANE KAREN FERREIRA DE SOUSA	689

09.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

09.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

09.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

09.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

09.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

09.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

09.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

09.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

09.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

09.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

09.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

09.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

09.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

09.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

09.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de 2025 do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORGÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	801	2052	3.3.90.39.00	1.500.1002 1.600.0000
	801	2063	3.3.90.39.00	1.600.0000 1.621.0000
	801	2035	3.3.90.39.00	1.500.1002
	900	2033	3.3.90.39.00	1661 1500

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada através do Plano de Contratação Anual-PCA, aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.3 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.4 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5 O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

11.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

11.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.14 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.15 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.16 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.17 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.18 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

11.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio das certidões fiscais e trabalhista.

Prazo de pagamento

11.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da finalização da liquidação da despesa.

11.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IGP-M* de correção monetária.

Forma de pagamento

11.34 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.37 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Forma de escolha e critério de julgamento.

12.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de **CREDENCIAMENTO (CHAMADA PÚBLICA)**, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação e credenciamento

12.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, **no que couber**:

Habilitação jurídica

12.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso **CNPJ**;

12.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.16. Prova de regularidade fiscal perante a **FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.17. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL** e **MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.18. Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**;

12.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.20. De forma a demonstrar a prova de qualificação econômico-financeira, os interessados neste processo deverão apresentar, conforme art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021:

12.20.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); com emissão não superior a 90 (noventa) dias.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.21.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz, da filial do prestador de serviço ou do seu responsável técnico.

12.21.2. O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.22. Registro ou inscrição do(s) responsável técnico(s) no Conselho Regional de Medicina, competente da região a que estiver vinculada.

12.23. A natureza da relação do(s) profissional(is) com a empresa prestadora de serviço deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

- a) Registro na Carteira de Trabalho-CTPS;
- b) Certidão do Conselho Profissional;
- c) Contrato Social;
- d) Contrato de prestação de serviços; ou

e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelo serviço objeto deste processo e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser atribuído.

12.24 Certidão de regularidade ou de nada consta do profissional, emitido pelo o órgão de sua categoria.

13. DECLARAÇÕES

13.1. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.552.220,80 (Um milhão quinhentos e cinquenta e dois mil duzentos e vinte reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela exposta neste Termo.

Antas (BA), 07 de setembro de 2025

Christianne Karen Ferreira de Sousa
Portaria Nº 255/2025
Representante da Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO

_____/_____/2025

JOSÉ HENRIQUE FERRAIS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO II - PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

REQUERIMENTO PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio
Referente ao Edital de Credenciamento nº 001/2025

A empresa [...], inscrita no CNPJ nº [...], estabelecido (a) na cidade de [...], na [...], CEP [...], telefone (...)-....., e-mail (obrigatório), vem, por meio de seu Representante Legal, requerer a sua participação no Credenciamento em epígrafe, que visa à futura e eventual contratação de [...].

Para tanto, **DECLARA** que:

- a)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- b)** inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c)** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d)** cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** atende aos requisitos de habilitação.
- g)** não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou de ordenadores de despesa do ente CREDENCIANTE;

h) cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

i) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

A participação no Credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidos no edital e seus anexos.

Seguem anexos os documentos de habilitação solicitados no Edital em anexo.

Representante Legal da empresa

Nome:

CPF:

Anexo III – Termo de Credenciamento

Termo de Credenciamento

Edital de Credenciamento nº 001/2025

CREDENCIADO nº xxx/xxxx

A Secretaria Municipal de Saúde de Antas/BA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.808.217/0001-74, com sede na Rua João Felix, centro, S/N, cep 48.420-000, cidade Antas/BA, por meio de seu representante legal o Senhor JOSÉ HENRIQUE FERRAIS DE OLIVEIRA inscrito no CPF: 014.070.995-90, CREDENCIA a empresa ou profissional [.....], CNPJ nº [.....], para a realização de [.....], obedecidas as disposições contidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2025 e seus anexos.

DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DIVERSAS A FIM DE ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTAS (BA).

Da Prestação dos Serviços

A credenciada executará os serviços através dos profissionais conforme segue abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÉDICA	UNIDADE	QTD	QTD PROFISSIONAIS	VALOR	TOTAL
1	O PROFISSIONAL MÉDICO CLÍNICO atuará nas Unidades de Atenção Básica, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, voltadas à população adscrita, com enfoque na integralidade e continuidade do cuidado. Entre as atribuições, destacam-se: Realizar consultas médicas programadas e de demanda espontânea, investigando queixas, solicitando exames, estabelecendo diagnósticos,	HORAS	2080	06	R\$ 110,00	R\$ 1.372.800,00



	<p>prescrevendo tratamentos e acompanhando a evolução clínica dos pacientes. Acompanhar pacientes com doenças crônicas e condições agudas, garantindo o manejo clínico adequado e o seguimento conforme protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde. Promover ações de prevenção e educação em saúde, participando de atividades coletivas, campanhas e orientações individuais sobre hábitos de vida saudáveis, vacinação, higiene e autocuidado. Executar procedimentos ambulatoriais compatíveis com o nível de atenção, como suturas, curativos, drenagens simples, retirada de pontos e outros previstos para a Atenção Básica. Integrar-se à equipe multiprofissional, participando de reuniões, discussões de casos, elaboração de planos terapêuticos e encaminhamentos para outros níveis de atenção quando necessário. Realizar visitas domiciliares, quando indicado, para avaliação de pacientes acamados, com mobilidade reduzida ou em situações de vulnerabilidade, em conjunto com a equipe da Estratégia de Saúde da Família. Manter registros atualizados nos prontuários físicos e eletrônicos, garantindo a qualidade das informações, o sigilo e a fidedignidade dos dados. Participar do planejamento, monitoramento e avaliação das ações de saúde da unidade, contribuindo para o alcance das metas pactuadas e para a melhoria contínua do serviço. Cumprir protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes, observando princípios éticos, técnicos e legais da profissão médica.</p>					
	<p>O PROFISSIONAL MÉDICO PSQUIATRA atuará na rede de Atenção Básica, com foco na</p>			01	R\$ 192,27	R\$ 79.984,32



2	<p>avaliação, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de transtornos mentais, contribuindo para a integralidade do cuidado e para o fortalecimento da saúde mental no território. Entre as atribuições, destacam-se: Realizar atendimentos individuais para avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais e comportamentais, incluindo prescrição e ajuste de psicofármacos, de acordo com protocolos vigentes e necessidades do paciente. Acompanhar casos prioritários encaminhados pela equipe da Atenção Básica, garantindo seguimento clínico e articulação com outros pontos da rede de atenção psicossocial. Desenvolver ações conjuntas com a equipe multiprofissional, participando de reuniões de discussão de casos e de construção de projetos terapêuticos singulares. Orientar e capacitar as equipes de saúde da família e demais profissionais da unidade, apoiando no manejo de casos de saúde mental e na identificação precoce de sinais e sintomas. Participar de atividades de educação em saúde, palestras e rodas de conversa com usuários, familiares e comunidade, promovendo a conscientização sobre saúde mental, prevenção de recaídas e redução do estigma. Atuar de forma integrada com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), articulando encaminhamentos e contrarreferências, ambulatórios especializados, hospitais gerais e outros serviços, conforme necessidade. Realizar visitas domiciliares para pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, quando indicado, junto à equipe da Estratégia de Saúde da Família. Manter registros clínicos e administrativos atualizados nos</p>	HORAS	416			
---	--	-------	-----	--	--	--



	sistemas de informação da saúde, assegurando sigilo, qualidade e rastreabilidade dos dados. Cumprir protocolos, diretrizes terapêuticas e princípios éticos aplicáveis à prática psiquiátrica e à atuação no SUS.					
3	<p>O MÉDICO PEDIATRA atuará na Atenção Básica prestando cuidados integrais à saúde da criança e do adolescente, com ênfase em ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento clínico. Entre suas atribuições, incluem-se: Realizar consultas médicas pediátricas programadas e de demanda espontânea, investigando queixas, solicitando exames complementares, estabelecendo diagnósticos e prescrevendo condutas terapêuticas conforme protocolos vigentes. Acompanhar o crescimento e desenvolvimento infantil, registrando dados antropométricos, aplicando protocolos de vigilância em saúde e orientando responsáveis sobre nutrição, vacinação, higiene, prevenção de acidentes e estímulo ao desenvolvimento global. Diagnosticar e tratar doenças agudas e crônicas da infância e adolescência, garantindo o manejo adequado e encaminhando, quando necessário, para outros níveis de atenção. Participar de ações de prevenção e promoção à saúde, desenvolvendo atividades educativas junto a pais, responsáveis, cuidadores e comunidade. Executar procedimentos ambulatoriais compatíveis com a prática pediátrica na Atenção Básica, como administração de medicamentos, curativos, nebulizações, coleta de material para exames, retirada de pontos e outros previstos para o nível de atenção. Integrar-se à equipe multiprofissional, discutindo casos clínicos, elaborando planos de cuidado e apoiando</p>	HORAS	416	01	R\$ 239,03	R\$ 99.436,48

tecnicamente outros profissionais na atenção à saúde infantil. Realizar visitas domiciliares quando indicado, especialmente para crianças com limitações de deslocamento, condições crônicas ou em situações de vulnerabilidade. Manter registros completos e atualizados em prontuários físicos e eletrônicos, assegurando sigilo, qualidade e fidedignidade das informações. Cumprir protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas vigentes, observando princípios éticos, técnicos e legais aplicáveis à pediatria no âmbito do SUS.					
TOTAL					R\$1.552.220,80

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cumprir os serviços, nos termos e condições de se requerimento, do edital e do termo de referência, atendendo as normas técnicas profissionais que lhe forem aplicáveis;

DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	801	2052	3.3.90.39.00	1.500.1002 1.600.0000
	801	2063	3.3.90.39.00	1.600.0000 1.621.0000
	801	2035	3.3.90.39.00	1.500.1002
	900	2033	3.3.90.39.00	1661 1500

O presente credenciamento é por tempo indeterminado, devendo o CREDENCIADO manter os requisitos de habilitação.

Local, data.

JOSÉ HENRIQUE FERRAIS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde
AUTORIDADE COMPETENTE

[.....]

CREDENCIADO

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 308/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTAS, E A

O MUNICÍPIO DE ANTAS, ESTADO DA BAHIA, através do **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXX**, situada a **RUA XXXXXXXX, ANTAS/BA**, CEP: **48.420-000**, neste ato representado pela Prefeita, a Sra. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, casada, RG nº **XXXXXXXXXX - SSP/BA**, e CPF nº. **XXXXXXXXXX** doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 308/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 001/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPECIALIDADES MÉDICA DIVERSAS A FIM DE ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTAS (BA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÉDICA	UNIDADE	QTD	QTD PROFISSIONAIS	VALOR	TOTAL
1	O PROFISSIONAL MÉDICO CLÍNICO atuará nas Unidades de Atenção Básica, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, voltadas à população adscrita, com enfoque na integralidade e continuidade do cuidado. Entre as atribuições, destacam-se: Realizar consultas médicas programadas e de demanda espontânea, investigando queixas, solicitando exames, estabelecendo diagnósticos,	HORAS	2080	06		



	<p>prescrevendo tratamentos e acompanhando a evolução clínica dos pacientes. Acompanhar pacientes com doenças crônicas e condições agudas, garantindo o manejo clínico adequado e o seguimento conforme protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde. Promover ações de prevenção e educação em saúde, participando de atividades coletivas, campanhas e orientações individuais sobre hábitos de vida saudáveis, vacinação, higiene e autocuidado. Executar procedimentos ambulatoriais compatíveis com o nível de atenção, como suturas, curativos, drenagens simples, retirada de pontos e outros previstos para a Atenção Básica. Integrar-se à equipe multiprofissional, participando de reuniões, discussões de casos, elaboração de planos terapêuticos e encaminhamentos para outros níveis de atenção quando necessário. Realizar visitas domiciliares, quando indicado, para avaliação de pacientes acamados, com mobilidade reduzida ou em situações de vulnerabilidade, em conjunto com a equipe da Estratégia de Saúde da Família. Manter registros atualizados nos prontuários físicos e eletrônicos, garantindo a qualidade das informações, o sigilo e a fidedignidade dos dados. Participar do planejamento, monitoramento e avaliação das ações de saúde da unidade, contribuindo para o alcance das metas pactuadas e para a melhoria contínua do serviço. Cumprir protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes, observando princípios éticos, técnicos e legais da profissão médica.</p>					
	<p>O PROFISSIONAL MÉDICO PSQUIATRA atuará na rede de Atenção Básica, com foco na avaliação, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de transtornos</p>			01		



2	<p>mentais, contribuindo para a integralidade do cuidado e para o fortalecimento da saúde mental no território. Entre as atribuições, destacam-se: Realizar atendimentos individuais para avaliação clínica, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais e comportamentais, incluindo prescrição e ajuste de psicofármacos, de acordo com protocolos vigentes e necessidades do paciente. Acompanhar casos prioritários encaminhados pela equipe da Atenção Básica, garantindo seguimento clínico e articulação com outros pontos da rede de atenção psicossocial. Desenvolver ações conjuntas com a equipe multiprofissional, participando de reuniões de discussão de casos e de construção de projetos terapêuticos singulares. Orientar e capacitar as equipes de saúde da família e demais profissionais da unidade, apoiando no manejo de casos de saúde mental e na identificação precoce de sinais e sintomas. Participar de atividades de educação em saúde, palestras e rodas de conversa com usuários, familiares e comunidade, promovendo a conscientização sobre saúde mental, prevenção de recaídas e redução do estigma. Atuar de forma integrada com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), articulando encaminhamentos e contrarreferências, ambulatorios especializados, hospitais gerais e outros serviços, conforme necessidade. Realizar visitas domiciliares para pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, quando indicado, junto à equipe da Estratégia de Saúde da Família. Manter registros clínicos e administrativos atualizados nos sistemas de informação da saúde, assegurando sigilo, qualidade e rastreabilidade dos dados. Cumprir</p>	HORAS	416			
---	---	-------	-----	--	--	--



	protocolos, diretrizes terapêuticas e princípios éticos aplicáveis à prática psiquiátrica e à atuação no SUS.					
3	<p>O MÉDICO PEDIATRA atuará na Atenção Básica prestando cuidados integrais à saúde da criança e do adolescente, com ênfase em ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento clínico. Entre suas atribuições, incluem-se: Realizar consultas médicas pediátricas programadas e de demanda espontânea, investigando queixas, solicitando exames complementares, estabelecendo diagnósticos e prescrevendo condutas terapêuticas conforme protocolos vigentes. Acompanhar o crescimento e desenvolvimento infantil, registrando dados antropométricos, aplicando protocolos de vigilância em saúde e orientando responsáveis sobre nutrição, vacinação, higiene, prevenção de acidentes e estímulo ao desenvolvimento global. Diagnosticar e tratar doenças agudas e crônicas da infância e adolescência, garantindo o manejo adequado e encaminhando, quando necessário, para outros níveis de atenção. Participar de ações de prevenção e promoção à saúde, desenvolvendo atividades educativas junto a pais, responsáveis, cuidadores e comunidade. Executar procedimentos ambulatoriais compatíveis com a prática pediátrica na Atenção Básica, como administração de medicamentos, curativos, nebulizações, coleta de material para exames, retirada de pontos e outros previstos para o nível de atenção. Integrar-se à equipe multiprofissional, discutindo casos clínicos, elaborando planos de cuidado e apoiando tecnicamente outros profissionais na atenção à saúde infantil. Realizar visitas domiciliares quando indicado, especialmente para crianças com</p>	HORAS	416	01		

limitações de deslocamento, condições crônicas ou em situações de vulnerabilidade. Manter registros completos e atualizados em prontuários físicos e eletrônicos, assegurando sigilo, qualidade e fidedignidade das informações. Cumprir protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e normas vigentes, observando princípios éticos, técnicos e legais aplicáveis à pediatria no âmbito do SUS.					
TOTAL					

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1 A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

11.3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.3.4 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

11.3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A gestão deste contrato será exercida pelo servidor o Sr. José Henrique Ferrais de Oliveira, nomeado através do Portaria nº 255/2025.

3.2. A fiscalização deste contrato será exercida pela servidora a Sr(a). Christianne Karen Ferreira de Sousa, nomeada através da Portaria nº 255/2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais no valor de R\$..... (.....).

6.2. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/11/2025

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, de Índice oficial.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de *45 (quarenta e cinco) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou serviços de terceiros.
- 9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.
- 9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.A. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.B. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.C. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.A. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.B. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.C. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	801	2052	3.3.90.39.00	1.500.1002 1.600.0000
	801	2063	3.3.90.39.00	1.600.0000 1.621.0000
	801	2035	3.3.90.39.00	1.500.1002
	900	2033	3.3.90.39.00	1661 1500

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Antas, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Antas, Bahia, xx de xxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTAS
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF Nº

CPF Nº